



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Identificação de informações pontuais no texto.
2. Inferência do sentido de palavras a partir do contexto.
3. Estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público (intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras);
4. Objetivos discursivos do texto (informar ou defender uma opinião, estabelecer contato, promover polêmica, humor etc.).
5. Elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.
6. A articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
7. Marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
8. Uso da língua portuguesa padrão em gêneros do discurso oficiais.
9. Redação oficial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.



BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília, 2002.

FAVERO, L. L. Coesão e coerência textuais. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Atica, 2006.

FOLHA DE S. PAULO. Manual da Redação. São Paulo: Publifolha, 2015

GUIMARÃES, E. A articulação do texto. 10. ed. São Paulo: Atica, 2007.

KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, L. A. Linguística de texto: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola, 2012.

POSSENTI, Sirio. Questões de linguagem : passeio gramatical dirigido. São Paulo: Parábola, 2001.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. Escrever Melhor: guia para Passar os Textos a Limpo. São Paulo: Contexto, 2013.

LEGISLAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Ética no Serviço Público;
- Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral;
- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União;
- Procedimentos e Processos Administrativos;
- Licitações e contratos da Administração Pública;
- Improbidade Administrativa.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994.** Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em 02 de abr. 2019.

BRASIL. **Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal, artigo 312 a 327. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm . Acesso em 02 de abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm . Acesso em 02 de abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9784.htm . Acesso em 02 de abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm . Acesso em 02 de Abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm . Acesso em 02 de Abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm . Acesso em 02 de Abr. 2019.



NOCÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (MS-Windows);
2. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, LibreOffice-Writer ou Google-Docs);
3. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com Planilhas Eletrônicas (MS-Excel, LibreOffice-Calc ou Google-Docs);
4. Operações básicas de Navegação na Internet (Google-Chrome ou Mozilla-Firefox);
5. Operações básicas de Correio Eletrônico (MS-Outlook Express, Mozilla-Thunderbird, Yahoo!Mail, Google-Gmail ou Microsoft-Hotmail);
6. Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.), acesso a sites seguros, golpes e ataques na Internet, cuidados e prevenções.

Serão consideradas as versões lançadas a partir do ano de 2012 para todos os produtos citados no Conteúdo Programático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Conteúdo Programático.

Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, CERT.br. Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<https://cartilha.cert.br/livro/>>. Acesso em: 27 de março de 2019.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Contabilidade Geral:

Princípios Fundamentais de Contabilidade conforme as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 750/1993 e nº 774/1994; Atos, fatos, registros, lançamentos e escrituração contábeis; Normas Brasileiras de Contabilidade; Variações Patrimoniais; Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas na Contabilidade Geral; Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício conforme a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores; Avaliação e controle de estoques; Tratamento contábil do ativo circulante e não circulante.

2. Contabilidade Governamental:

Conceitos e objetivos do orçamento estatal; Ciclo orçamentário; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; Sistemas Contábeis, Planos de Contas e a Escrituração de Operações na Contabilidade Pública; SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal): conceitos básicos, características e funcionalidades do sistema; Estágios e classificação da receita e da despesa orçamentária; Lei Federal no. 4.320/64, e suas atualizações, inclusive créditos adicionais; Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 e suas alterações; Conceitos e campo de aplicação da contabilidade governamental; Patrimônio público sob os aspectos qualitativo e quantitativo; Lançamento e escrituração contábil; Princípios de contabilidade aplicados ao setor público; Preparação e elaboração das demonstrações contábeis do setor público, inclusive inventário e controle de bens patrimoniais;

3. Contabilidade Tributária:

Retenções Federais PIS/PASEP/COFINS/CSLL; Lei Complementar no. 116/2003 – Imposto sobre serviço de qualquer natureza;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Lei nº 4320 de 17/03/1964 e suas alterações.

Lei complementar nº 101 de 04 de março de 2000.

Lei das sociedades por ações. Lei nº 6.404, de 15/12/76 e suas alterações.

Lei Complementar nº. 116/2003.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8 ed. Brasília: 2018.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.

Pronunciamento Conceitual Básico (R1) -

Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

KOHAMA, H. Contabilidade pública. 11 ed. São Paulo: 2010.

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública. de acordo com as Normas internacionais de contabilidade aplicadas ao Setor Público IPSASB/IFAC/CFC) / 3. Ed. São Paulo: Atlas. 2013.

GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDICIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu;. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: 3.ed. Atlas, 2018.

LIMA, Severino C. de. Contabilidade Pública – Análise Financeira Governamental. São Paulo: Atlas. 2016.